

PARECER N° 4/2019/JULG ASJIN/ASJIN
 PROCESSO N° 00065.511358/2016-84
 INTERESSADO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.

Submeto à apreciação de Vossa Senhoria Proposta de DECISÃO ADMINISTRATIVA DE SEGUNDA INSTÂNCIA, nos termos da minuta anexa.

ANEXO

MARCOS PROCESSUAIS										
NUP	Crédito de Multa (SIGEC)	Auto de Infração (AI)	Data da Infração	Data da Lavratura do AI	Notificação do AI	Defesa Prévia	Decisão de Primeira Instância (DC1)	Notificação da DC1	Multa aplicada em Primeira Instância	Postagem do Recurso
00065.511358/2016-84	663799180	005730/2016	05/11/2016	21/11/2016	28/11/2016	não conta dos autos, contudo foi considerada a defesa na Carta SEI 0184120	29/03/2018	26/04/2018	R\$ 7.000,00	07/05/2018

Infração: Deixar de informar ao passageiro, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência do horário previsto de partida, o cancelamento programado de voo.

Enquadramento: Art. 302, inciso III, alínea “u”, da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 c/c art. 7º, §1º da Resolução nº 141, de 09 de março de 2010.

Proponente: Thaís Toledo Alves – SIAPE 1579629 (Portaria Nomeação Membro Julgador ANAC nº 453, de 08/02/2017)

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de processo administrativo sancionador, originado pelo Auto de Infração supra referenciado, com fundamento no art. 302, inciso III, alínea “u”, da Lei nº 7.565/86 c/c art. 7º, §1º da Resolução nº 141/2010.

2. Descreve o auto de infração:

A empresa AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A. deixou de informar o passageiro, **SR. RAFAEL OTÁVIO FARES FERREIRA**, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência do horário previsto de partida, sobre o cancelamento programado do voo 2672 (CNF-IGU) do dia 05/11/2016.

Nº DO VOO: 2672 DATA DO VOO: 05/11/2016

HISTÓRICO

3. **Relatório de Fiscalização - RF** - A fiscalização descreveu no RF (SEI 0193065) as circunstâncias da constatação da ocorrência na qual a empresa aérea não informou ao passageiro, Sr. Rafael Otávio Fares Ferreira, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência do horário previsto de partida, sobre o cancelamento programado do voo 2672 (CNF-IGU) do dia 05/11/2016.

4. **Defesa Prévia** - A interessada alega, em síntese, que em razão da necessidade de readequação da malha aérea da empresa, o voo AD2672 sofreu alteração para AD9272 e a previsão para decolagem passou a ser às 21h40 do mesmo dia. Por uma falha no sistema de reservas, não foi acusado a necessidade de efetuar contato com o passageiro para informar sobre a mudança dos dados e demais informações sobre o voo, o que evidentemente se traduz por um acontecimento isolado. Todavia, o passageiro foi devidamente informado no “check-in” que seu voo tinha sido remanejado para o horário das 21h40 daquele mesmo dia e lhe foi ofertado um táxi e “voucher” de alimentação. Logo, a empresa prestou toda a assistência e o suporte necessário para que passageiro chegasse ao seu destino final. Dessa forma, requereu o imediato arquivamento do processo e, caso não fosse acolhida tal argumentação, requereu a aplicação do desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da multa.

5. **Decisão de Primeira Instância** - O setor competente em motivada decisão de primeira instância, considerou ter havido a **preclusão lógica** nos argumentos de defesa tendo em vista que o interessado requereu o desconto em 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da multa previsto no artigo 61, § 1º da Instrução Normativa nº 08 da ANAC juntamente com defesa de mérito, motivo pelo qual indeferiu de pronto o benefício. Dessa forma, afastou os demais argumentos da autuada, confirmou o ato infracional e aplicou multa, **no patamar intermediário**, no valor de **R\$ 7.000,00 (sete mil reais)**, pelo descumprimento ao art. 302, inciso III, alínea “u”, da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 c/c art. 7º, §1º da Resolução nº 141, de 09 de março de 2010, conforme Tabela de Infrações do Anexo II da Resolução ANAC nº 25, de 25 de abril de 2008, em vigor à época dos fatos. Na ocasião, considerou a ausência de circunstâncias atenuantes e agravantes previstas na Resolução ANAC nº 25/08.

6. **Recurso** - Em grau recursal o interessado alega, em síntese, que houve um equívoco no arbitramento da multa sem qualquer justificativa ou fundamentação configurando absoluta falta de razoabilidade e que a decisão deve ser reformada pois vislumbra-se a possibilidade de aplicação de condição atenuante, nos termos do Parecer 01/2013/NDA/PF-ANAC/PGF/AGU, por ter reconhecido a prática da infração na defesa prévia.

PRELIMINARES

7. **Regularidade processual** - Considerando os prazos descritos no quadro acima, acusar regularidade processual nos presentes autos visto que preservados os direitos constitucionais inerentes ao interessado, bem como respeitados os princípios da Administração Pública, em especial a ampla defesa e o contraditório. Julgo o processo apto à decisão de segunda instância administrativa por parte desta ASJIN.

FUNDAMENTAÇÃO - MÉRITO E ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES DO INTERESSADO

8. **Da materialidade infracional - Deixar de informar ao passageiro, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência do horário previsto de partida, o cancelamento programado de voo** - A empresa fora atuada por ter descumprido as condições gerais de transporte quando deixou de informar ao passageiro, Sr. Rafael Otávio Fares Ferreira, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência do horário previsto de partida, sobre o cancelamento programado do voo 2672 (CNF-IGU) do dia 05/11/2016. Desta feita, o enquadramento se dá na alínea "u" do inciso III do artigo 302 do CBA:

CBA

Art. 302. A multa será aplicada pela prática das seguintes infrações:

(...)

III - infrações imputáveis à concessionária ou permissionária de serviços aéreos:

(...)

u) infringir as Condições Gerais de Transporte, bem como as demais normas que dispõem sobre os serviços aéreos;

9. O §1º do art. 7º da Resolução nº 141, de 09 de março de 2010 é cristalino ao determinar que:

Art. 7º O transportador deverá informar o passageiro, imediatamente, sobre o cancelamento do voo ou interrupção do serviço e seu motivo pelos meios de comunicação disponíveis.

§ 1º O cancelamento programado de voo e seu motivo deverão ser informados ao passageiro com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência do horário previsto de partida.

10. Dessa forma, o fato minuciosamente descrito pela fiscalização se enquadra ao descrito no referido dispositivo.

Das razões recursais

12. Com relação ao argumento de houve um equívoco no arbitramento da multa sem qualquer justificativa ou fundamentação configurando absoluta falta de razoabilidade, entendo que tal alegação não merece prosperar por restar clara na citada decisão sua motivação e fundamentação, bem como a vinculação do ato de aplicação da dosimetria aos limites do normativo, descaracterizando assim qualquer alegação de ser esta desarrazoada.

13. Em verdade, a fundamentação material do tipo infracional da conduta do interessado foi objeto do decisor em sede de primeira instância, que trouxe claramente ao feito o regulamento que prevê o dever de informar ao passageiro, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência do horário previsto de partida, o cancelamento programado de voo, citando seu texto, bem como sua a previsão legal, além de fazer sua relação com a verificação da fiscalização na aferição e constituição da conduta: art. 7º, §1º da Resolução nº 141, de 09 de março de 2010, cujo descumprimento configura infração passível de multa, conforme disposto no art. 302, inciso III, alínea "u", do CBA.

14. Ademais, ao definir o valor da multa, o decisor tampouco usou de discricionariedade, e nem o poderia, pois teve que se ater aos limites legais impostos na Tabela III - INFRAÇÕES IMPUTÁVEIS À CONCESSIONÁRIA OU PERMISSIONÁRIA DE SERVIÇOS AÉREOS, Anexo II da Resolução ANAC nº 25/2008, vigente à época dos fatos, cujos valores de referência foram devidamente respeitados em ato vinculado.

15. É incoerente, portanto, falar em desproporcionalidade ou desrazoabilidade do quantum fixado haja vista que a dosimetria pode ser entendida como ato vinculado aos valores e patamares estabelecidos no anexo da Resolução 25/2008 e dali a Administração não pode extrapolar, vez que subjugada ao princípio constitucional da estrita legalidade. É dizer que em razão da taxatividade da norma e pelo fato de a Administração Pública pautar-se pelo princípio da legalidade, impossível que a Agência determine o valor da sanção de forma arbitrária, já que deve o atuado se adequar aos requisitos da norma, de maneira que não procede a alegação do Interessado.

16. Sobre a possibilidade de reforma da decisão de primeira instância para aplicação de condição atenuante, nos termos do Parecer 01/2013/NDA/PF-ANAC/PGF/AGU, por ter reconhecido a prática da infração na defesa prévia, este assunto será abordado logo a seguir quando da análise da dosimetria da sanção.

17. Isso posto, conclui-se que as alegações do interessado não foram eficazes para afastar a aplicação da sanção administrativa. Resta configurada a infração apontada pelo AI.

DA DOSIMETRIA DA SANÇÃO

18. Verificada a regularidade da ação fiscal, há que se averiguar a necessidade de correção do valor da multa aplicada como sanção administrativa ao ato infracional imputado. Embora a Resolução nº 472/2018 tenha revogado a Resolução ANAC nº 25/2008 e IN ANAC nº 08 de 2008, seu artigo 82 estabelece que suas disposições não prejudicam atos já praticados e aplicam-se as normas vigentes à época dos fatos no que diz respeito às sanções aplicáveis. No entanto, os critérios de dosimetria e os procedimentos a serem observados são os dispostos na nova Resolução atualmente em vigor.

19. Destaca-se que com base no Anexo III da Resolução ANAC nº 25, de 25 de abril de 2008, o valor da multa referente à letra "u" da Tabela III do Anexo II, poderá ser imputado em R\$ 4.000,00 (patamar mínimo), R\$ 7.000,00 (patamar intermediário) ou R\$ 10.000,00 (patamar máximo).

20. **Das Circunstâncias Atenuantes**

21. Para o reconhecimento da circunstância atenuante prevista no artigo 22, § 1º, inciso I da Resolução ANAC nº 25/2008 (“o reconhecimento da prática da infração”) primeiramente cabe esclarecer que a explanação do contexto fático que deu razão à prática infracional não impossibilita a concessão da atenuante, contanto que a justificativa (i) não busque afastar a responsabilidade pelo cometimento do ato infracional e (ii) nem apresente argumentos contraditórios para com o reconhecimento da prática da infração caracterizando, assim, preclusão lógica processual.

22. Pois bem, *in casu*, compulsando os autos, observa-se que em sede de primeira instância a empresa limitou-se a explicar o contexto no qual ocorreu a infração e reconhece a prática infracional quando afirma que “ *por uma falha no sistema de reservas, não foi acusado no sistema a necessidade de efetuar contato com o passageiro para informar sobre a mudança dos dados e demais informações sobre o voo, o que evidentemente se traduz por um acontecimento isolado. Todavia, em que pese a AZUL não tenha obtido êxito em informar o passageiro com antecedência(...)* ”. Já em sede recursal, não apresenta argumentos contraditórios para com o reconhecimento da prática da infração nem tampouco apresenta justificativas para afastar a responsabilidade pelo cometimento do ato infracional. **Dessa forma, entendo que é possível a concessão da atenuante de reconhecimento da prática da infração (art. 22, §1º, inciso I, da Res. 25/2008) requerida pela interessada.**

23. Contudo, entendo que a interessada não demonstrou, nos autos, ter adotado voluntariamente qualquer providência eficaz para amenizar as consequências da infração. Registre-se que nenhuma medida que configure um dever pode ser fundamento para a aplicação dessa atenuante, prevista no inciso II do §1º do art. 22 da Resolução Anac nº 25, de 2008.

24. Para a análise da circunstância atenuante prevista no inciso inciso III do §1º do art. 22 da Resolução ANAC nº 25/2008 - **a inexistência de aplicação de penalidades no último ano** - é necessária pesquisa para identificar a eventual existência de sanção aplicada ao ente regulado no período de um ano, encerrado em **05/11/2016**, – que é a data da infração ora analisada.

25. Em pesquisa no Sistema Integrado de Gestão de Créditos – SIGEC dessa Agência, ora anexada a essa análise (SEI 2578382) ficou demonstrado que há penalidade anteriormente aplicada ao autuado nessa situação, a exemplo daquela consubstanciada no crédito registrado no Sistema sob o número 659237176 dentro do mencionado período.

26. Deve ser afastada, assim, essa circunstância atenuante como causa de diminuição do valor da sanção.

27. **Das Circunstâncias Agravantes**

28. Quanto à existência de circunstâncias agravantes, não se vê, nos autos, qualquer elemento que configure as hipóteses previstas no § 2º do artigo 22 da Resolução ANAC nº 25/2008.

29. **Da sanção a ser aplicada em definitivo** - Por tudo o exposto, dada a **existência de circunstância atenuante e ausência de agravantes** aplicáveis ao caso, **entendo que deva ser reduzida a sanção aplicada pela primeira instância administrativa, para o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**, que é o valor **mínimo** previsto, à época dos fatos, conforme letra “u” da Tabela III do Anexo II da Resolução ANAC nº 25, de 25 de abril de 2008.

CONCLUSÃO

30. Ante o exposto, sugiro **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao Recurso, **REDUZINDO** a multa aplicada pela autoridade competente da primeira instância administrativa para o valor de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**, em desfavor da empresa **AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A**, por deixar de informar ao passageiro, Sr. Rafael Otávio Fares Ferreira, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência do horário previsto de partida, sobre o cancelamento programado do voo 2672 (CNF-IGU) do dia 05/11/2016, em afronta ao art. 302, inciso III, alínea “u”, da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 c/c art. 7º, §1º da Resolução nº 141, de 09 de março de 2010.

31. Submete-se ao crivo do decisor.

32. É o Parecer e Proposta de Decisão.



Documento assinado eletronicamente por **Thais Toledo Alves, Analista Administrativo**, em 07/01/2019, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **2571477** e o código CRC **69FDABFA**.

 **SIGEC :: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CRÉDITOS**
 Atalhos do Sistema: [Menu Principal](#)

:: MENU PRINCIPAL

[Dados da consulta](#)

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: AZUL LINHAS AEREAS BRASILEIRAS S.A.

Nº ANAC: 30000069159

CNPJ/CPF: 09296295000160

CADIN: Não

Div. Ativa: Não - E

Tipo Usuário: Integral

UF: SP

Receita	NºProcesso	Processo SEI	Data Vencimento	Data Infração	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Chave	Situação	Valor Débito (R\$)
2081	655996164	00065162157201215	05/08/2016	20/11/2012	R\$ 7 000,00	09/01/2017	8 772,39	8 772,39		PG	0,00
2081	656062168	00065053617201568	12/08/2016	06/04/2015	R\$ 7 000,00	09/01/2017	8 772,39	8 772,39		PG	0,00
2081	656063166	00065053617201568	12/08/2016	06/04/2015	R\$ 7 000,00	09/01/2017	8 772,39	8 772,39		PG	0,00
2081	656064164	00065053617201568	12/08/2016	06/04/2015	R\$ 7 000,00	09/01/2017	8 772,39	8 772,39		PG	0,00
2081	656078164	00058071402201356	12/08/2016	21/06/2013	R\$ 7 000,00	09/01/2017	8 772,39	8 772,39		PG	0,00
2081	656498164	00058057648201315	09/09/2016	01/05/2013	R\$ 2 800,00	12/01/2017	3 477,87	3 477,87		PG	0,00
2081	656636167	00067001255201518	16/09/2016	12/02/2015	R\$ 3 500,00	12/01/2017	4 347,34	4 347,34		PG	0,00
2081	656647162	00058074365201257	16/09/2016	15/06/2012	R\$ 7 000,00	12/01/2017	8 694,69	8 694,69		PG	0,00
2081	656648160	00058069369201213	16/09/2016	06/07/2012	R\$ 17 500,00	12/01/2017	21 736,74	21 736,74		PG	0,00
2081	656649169	00058069351201255	16/09/2016	06/07/2012	R\$ 17 500,00	12/01/2017	21 736,74	21 736,74		PG	0,00
2081	656650162	00058069384201261	16/09/2016	06/07/2012	R\$ 17 500,00	12/01/2017	21 736,74	21 736,74		PG	0,00
2081	656651160	00058069341201286	16/09/2016	06/07/2012	R\$ 14 000,00	12/01/2017	17 389,39	17 389,39		PG	0,00
2081	656659166	00058069391201263	16/09/2016	06/07/2012	R\$ 17 500,00	12/01/2017	21 736,74	21 736,74		PG	0,00
2081	656662166	00058068567201260	16/09/2016	05/07/2012	R\$ 14 000,00	12/01/2017	17 389,39	17 389,39		PG	0,00
2081	656887164	00067003235201573	29/09/2016	05/01/2014	R\$ 7 000,00	12/01/2017	8 694,69	8 694,69		PG	0,00
2081	656888162	00065046258201592	29/09/2016	20/03/2015	R\$ 7 000,00	12/01/2017	8 694,69	8 694,69		PG	0,00
2081	656911160	00067002972201559	30/09/2016	24/04/2015	R\$ 7 000,00	12/01/2017	8 694,69	8 694,69		PG	0,00
2081	656912169	00058067162201557	30/09/2016	25/06/2015	R\$ 4 000,00	29/03/2017	5 046,80	5 046,80		PG	0,00
2081	656914165	00058067168201524	30/09/2016	25/06/2015	R\$ 7 000,00	12/01/2017	8 694,69	8 694,69		PG	0,00
2081	656917160	00065076723201510	30/09/2016	18/04/2015	R\$ 7 000,00	12/01/2017	8 694,69	8 694,69		PG	0,00
2081	656918168	00065076640201521	30/09/2016	18/04/2015	R\$ 7 000,00	12/01/2017	8 694,69	8 694,69		PG	0,00
2081	656919166	00065076710201541	30/09/2016	18/04/2015	R\$ 7 000,00	12/01/2017	8 694,69	8 694,69		PG	0,00
2081	656929163	00069001023201451	30/09/2016	05/06/2014	R\$ 7 000,00	12/01/2017	8 694,69	8 694,69		PG	0,00
2081	656954164	00058041005201511	30/09/2016	26/04/2015	R\$ 7 000,00	12/01/2017	8 694,69	8 694,69		PG	0,00
2081	656962165	00066013471201516	30/09/2016	05/07/2014	R\$ 7 000,00	12/01/2017	8 694,69	8 694,69		PG	0,00
2081	656966168	00065084939201559	06/10/2016	07/06/2015	R\$ 7 000,00	13/01/2017	8 621,19	8 621,19		PG	0,00
2081	656987160	00065073995201568	06/10/2016	20/01/2015	R\$ 7 000,00	13/01/2017	8 621,19	8 621,19		PG	0,00
2081	656988169	00065079149201551	06/10/2016	31/10/2014	R\$ 7 000,00	13/01/2017	8 621,19	8 621,19		PG	0,00
2081	657001161	00058020775201521	07/10/2016	31/12/2014	R\$ 1 400,00	12/09/2016	1 400,00	1 400,00		PG0	0,00
2081	657134164	00058068693201303	14/10/2016	18/06/2013	R\$ 3 500,00	27/09/2016	3 500,00	3 500,00		PG	0,00
2081	657206165	00058110731201591	14/10/2016	15/10/2015	R\$ 3 500,00		0,00	0,00		CAN	0,00
2081	657279160	00067005213201548	17/10/2016	04/09/2015	R\$ 3 500,00		0,00	0,00		CAN	0,00
2081	657320167	00058067148201553	21/10/2016	25/06/2015	R\$ 7 000,00	13/01/2017	8 621,19	8 621,19		PG	0,00
2081	657329160	00065053684201582	21/10/2016	14/04/2015	R\$ 4 000,00	13/01/2017	4 926,39	4 926,39		PG	0,00
2081	657331162	00058048816201543	21/10/2016	15/10/2014	R\$ 7 000,00	13/01/2017	8 621,19	8 621,19		PG	0,00
2081	657332160	00065053726201585	21/10/2016	22/04/2015	R\$ 7 000,00	13/01/2017	8 621,19	8 621,19		PG	0,00
2081	657360166	00058037538201507	28/10/2016	11/04/2015	R\$ 1 600,00	24/10/2016	1 600,00	1 600,00		PG	0,00
2081	657411164	00058005335201624	22/12/2016	31/12/2015	R\$ 2 800,00	25/07/2018	11,39	11,39		PG	0,00
2081	657460162	00058055701201513	22/12/2016	21/07/2015	R\$ 7 000,00	13/01/2017	7 555,10	7 555,10		Parcial	0,00
						27/12/2017	27,72	27,72		PG	0,00
2081	657510162	00065133441201527	01/02/2018	17/09/2015	R\$ 7 000,00		0,00	0,00		RE2	0,00
2081	657515163	00065133450201518	06/01/2017	14/08/2015	R\$ 7 000,00	25/07/2018	9 280,59	9 280,59		PG	0,00
2081	657519166	00065133432201536	22/12/2018	13/09/2015	R\$ 14 000,00	05/12/2018	14 000,00	14 000,00		PG	0,00
2081	657528165	00067005106201439	31/01/2019	27/08/2014	R\$ 7 000,00		0,00	0,00		DC2	7 000,00
2081	657544167	00058117782201544	01/02/2018	29/09/2015	R\$ 7 000,00		0,00	0,00		RE2	0,00
2081	657555162	00058006027201454	06/01/2017	20/12/2013	R\$ 7 000,00		0,00	0,00		CAN	0,00
2081	657665166	00065161671201314	18/11/2016	08/08/2013	R\$ 4 000,00	31/01/2018	14,39	14,39		PG	0,00
2081	657856160	00058080602201308	22/12/2016	11/06/2013	R\$ 70 000,00	25/07/2018	285,20	285,20		PG	0,00
2081	657860168	00058081815201349	22/12/2016	24/07/2013	R\$ 17 500,00	27/09/2017	68,34	68,34		PG	0,00
2081	658195161	00066047542201576	06/01/2017		R\$ 329 000,00	25/07/2018	436 188,19	436 188,19		PG	0,00
2081	658252164	0006515149720148	06/01/2017	12/08/2014	R\$ 14 000,00	20/09/2017	71 861,31	17 786,99		PG *	0,00
2081	658298162	00066018002201585	09/01/2017	26/09/2014	R\$ 7 000,00	02/01/2017	7 000,00	7 000,00		PG	0,00
2081	658428164	00067005396201500	20/01/2017	28/01/2014	R\$ 4 000,00	20/09/2017	54 074,32	5 081,99		PG *	0,00
2081	658429162	00067005288201529	20/01/2017	28/01/2014	R\$ 4 000,00	20/09/2017	48 992,33	5 081,99		PG *	0,00
2081	658436165	00058047894201610	20/02/2017	21/01/2016	R\$ 40 000,00	20/09/2017	0,00	21 828,85		Parcial	0,00
						20/09/2017	7 000,00	7 000,00		Parcial	0,00
						25/07/2018	22 591,65	22 591,65		PG *	0,00
2081	658509164	00058.505075/2016	02/02/2017	17/05/2016	R\$ 1 400,00		0,00	0,00		CAN	0,00
2081	658511166	00058.503973/2016	02/02/2017	16/08/2016	R\$ 1 400,00		0,00	0,00		CAN	0,00
2081	658512164	00058.503968/2016	02/02/2017	16/08/2016	R\$ 1 400,00		0,00	0,00		CAN	0,00
2081	658513162	00058.503977/2016	02/02/2017	16/08/2016	R\$ 1 400,00		0,00	0,00		CAN	0,00
2081	658514160	00058.505055/2016	02/02/2017	17/05/2016	R\$ 1 400,00		0,00	0,00		CAN	0,00
2081	658515169	00058.505051/2016	02/02/2017	17/05/2016	R\$ 1 400,00		0,00	0,00		CAN	0,00
2081	658516167	00058.503978/2016	02/02/2017	16/08/2016	R\$ 1 400,00		0,00	0,00		CAN	0,00
2081	658518163	00058.503978/2016	02/02/2017	16/08/2016	R\$ 1 400,00		0,00	0,00		CAN	0,00
2081	658545160	00058.505070/2016	03/02/2017	17/05/2016	R\$ 1 400,00		0,00	0,00		RE2	1 880,57

2081	658546169	00058.505044/2016	03/02/2017	17/05/2016	R\$ 1 400,00		0,00		CAN	0,00
2081	658629175	00058011595201477	12/05/2017	07/01/2014	R\$ 17 500,00	03/08/2018	22 659,00	22 659,00	PG	0,00
2081	658653178	00058038844201471	17/02/2017	07/04/2014	R\$ 17 500,00	20/09/2017	43 910,34	22 081,49	PG *	0,00
2081	658709177	00058.018235/2015	24/02/2017	03/02/2015	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	CAN	0,00
2081	658710170	00058.035880/2015	24/02/2017	30/1/2015	R\$ 112 000,00		0,00	0,00	CAN	0,00
2081	658711179	00058.041264/2016	24/02/2017	31/03/2015	R\$ 665 000,00		0,00	0,00	CAN	0,00
2081	658713175	00058.037615/2015	24/02/2017	25/01/2015	R\$ 80 500,00		0,00	0,00	CAN	0,00
2081	658750170	00058054451201413	27/02/2017	12/01/2014	R\$ 70 000,00	25/07/2018	92 196,99	92 196,99	PG	0,00
2081	658752176	00058054448201491	27/02/2017	27/11/2013	R\$ 70 000,00	25/07/2018	92 196,99	92 196,99	PG	0,00
2081	659017179	00065046286201518	17/03/2017	10/03/2015	R\$ 7 000,00	25/07/2018	9 146,20	9 146,20	PG	0,00
2081	659018177	00066013474201541	17/03/2017	07/07/2014	R\$ 7 000,00	25/07/2018	9 146,20	9 146,20	PG	0,00
2081	659020179	00065025175201560	17/03/2017	21/01/2015	R\$ 7 000,00	25/07/2018	9 146,20	9 146,20	PG	0,00
2081	659223176	00058117367201418	13/04/2017	28/10/2014	R\$ 17 500,00	31/08/2017	21 619,50	21 619,50	PG	0,00
2081	659237176	00058.505075/2016	27/04/2017	17/05/2016	R\$ 1 400,00	10/04/2017	1 400,00	1 400,00	PG0	0,00
2081	659238174	00058.503973/2016	27/04/2017	16/08/2016	R\$ 1 400,00	10/04/2017	1 400,00	1 400,00	PG0	0,00
2081	659239172	00058.503968/2016	27/04/2017	16/08/2016	R\$ 1 400,00	10/04/2017	1 400,00	1 400,00	PG0	0,00
2081	659240176	00058.503977/2016	27/04/2017	16/08/2016	R\$ 1 400,00	10/04/2017	1 400,00	1 400,00	PG0	0,00
2081	659241174	00058.505055/2016	27/04/2017	17/05/2016	R\$ 1 400,00	10/04/2017	1 400,00	1 400,00	PG0	0,00
2081	659242172	00058.505051/2016	27/04/2017	17/05/2016	R\$ 1 400,00	10/04/2017	1 400,00	1 400,00	PG0	0,00
2081	659243170	00058.503937/2016	27/04/2017	16/08/2016	R\$ 1 400,00	10/04/2017	1 400,00	1 400,00	PG0	0,00
2081	659244179	00058.503978/2016	27/04/2017	16/08/2016	R\$ 1 400,00	10/04/2017	1 400,00	1 400,00	PG0	0,00
2081	659277175	00066003062201684	28/04/2017	05/01/2016	R\$ 7 000,00	23/05/2017	7 647,50	7 647,50	PG	0,00
2081	659308179	00065.161670/2013	04/05/2017	08/05/2013	R\$ 7 000,00	25/07/2018	9 025,79	9 025,79	PG	0,00
2081	659324170	00065173227201511	05/05/2017	17/12/2015	R\$ 35 000,00	23/05/2017	37 079,00	37 079,00	PG	0,00
2081	659363171	00058.505070/2016	08/05/2017	17/05/2016	R\$ 1 400,00		0,00	0,00	CA0	0,00
2081	659364170	00058.505044/2016	08/05/2017	17/05/2016	R\$ 1 400,00		0,00	0,00	CA0	0,00
2081	659365178	00065046184201594	08/05/2017	10/03/2015	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	659385172	00065078297201397	12/05/2017	27/03/2013	R\$ 7 000,00	25/07/2018	9 025,79	9 025,79	PG	0,00
2081	659388177	00066030256201571	12/05/2017	18/05/2014	R\$ 56 000,00	20/04/2017	56 000,00	56 000,00	PG	0,00
2081	659486177	00058.049401/2015	25/05/2017	07/02/2015	R\$ 7 000,00	22/05/2017	7 000,00	7 000,00	PG	0,00
2081	659730170	00065129050201516	22/12/2018	09/01/2015	R\$ 7 000,00	05/12/2018	7 000,00	7 000,00	PG	0,00
2081	659738176	00065011100201682	29/11/2018	17/01/2016	R\$ 7 000,00	13/11/2018	7 000,00	7 000,00	PG	0,00
2081	659739174	00065011103201616	29/11/2018	17/01/2016	R\$ 14 000,00	13/11/2018	14 000,00	14 000,00	PG	0,00
2081	659755176	00058053127201216	09/06/2017	16/05/2012	R\$ 17 500,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	659786176	00065010997201627	22/12/2018	26/12/2015	R\$ 7 000,00	05/12/2018	7 000,00	7 000,00	PG	0,00
2081	659787174	00065011042201697	16/06/2017	27/11/2015	R\$ 17 500,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	659796173	00065011077201626	16/06/2017	08/01/2016	R\$ 17 500,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	659845175	00065011016201669	23/06/2017	27/11/2015	R\$ 35 000,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	660197179	00058090150201526	27/12/2018	07/05/2015	R\$ 7 000,00	21/12/2018	7 000,00	7 000,00	PG	0,00
2081	660278179	00066023527201532	21/07/2017	21/05/2015	R\$ 17 500,00	21/07/2017	17 500,00	17 500,00	PG0	0,00
2081	660280170	00066023526201598	21/07/2017	21/05/2015	R\$ 17 500,00	21/07/2017	17 500,00	17 500,00	PG0	0,00
2081	660322170	00058087410201586	21/07/2017	27/08/2015	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	660324176	00065025201201550	21/07/2017	05/02/2015	R\$ 7 000,00	21/07/2017	7 000,00	7 000,00	PG	0,00
2081	660325174	00065025184201551	21/07/2017	21/01/2015	R\$ 7 000,00	21/07/2017	7 000,00	7 000,00	PG	0,00
2081	660326172	00058008996201610	05/10/2018	15/11/2014	R\$ 4 000,00	02/10/2018	4 000,00	4 000,00	PG	0,00
2081	660341176	00065089391201533	24/07/2017	27/05/2015	R\$ 28 000,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	660346177	00066503817201727	27/07/2017	28/01/2014	R\$ 28 000,00	04/07/2017	28 000,00	28 000,00	PG0	0,00
2081	660347175	00065089384201531	27/07/2017	26/05/2015	R\$ 42 000,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	660528171	00058.514328/2017	14/08/2017	14/11/2012	R\$ 21 000,00	11/08/2017	21 000,00	21 000,00	PG0	0,00
2081	660553172	00058133747201572	29/11/2018	05/12/2015	R\$ 7 000,00	13/11/2018	7 000,00	7 000,00	PG	0,00
2081	660557175	00058117806201565	18/08/2017	23/09/2015	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	660610175	00067002599201617	18/08/2017	09/04/2016	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	660611173	00067000316201601	18/08/2017	17/11/2015	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	DC1	9 040,26
2081	660628178	00058.000443/2014	21/08/2017	30/12/2013	R\$ 4 000,00	21/08/2017	4 000,00	4 000,00	PG	0,00
2081	660637177	00066003027201665	22/12/2018	22/11/2015	R\$ 7 000,00	05/12/2018	7 000,00	7 000,00	PG	0,00
2081	660646176	00084000048201520	24/08/2017	28/12/2015	R\$ 4 000,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	660651172	00065131552201507	25/08/2017	02/09/2015	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	660654177	60800250801201191	25/08/2017	14/12/2011	R\$ 3 500,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	660739170	00058.064800/2014	01/09/2017	09/07/2014	R\$ 36 000,00	25/07/2018	45 320,39	45 320,39	PG	0,00
2081	660838178	00058.049442/2015	14/09/2017	15/02/2015	R\$ 8 000,00		0,00	0,00	DC1	10 280,52
2081	660895177	00067001570201618	15/09/2017	14/02/2016	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	660900177	00067001564201661	18/09/2017	13/02/2016	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	660902173	00065011118201684	18/09/2017	19/01/2016	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	660903171	00065076792201612	18/09/2017	30/03/2016	R\$ 35 000,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	660911172	00065076549201696	29/10/2018	17/03/2016	R\$ 7 000,00	02/10/2018	7 000,00	7 000,00	PG	0,00
2081	660912170	00066033984201616	21/09/2017	03/04/2016	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	660952170	00058.037615/2015	22/09/2017	25/01/2015	R\$ 80 500,00	20/09/2017	80 500,00	80 500,00	PG0	0,00
2081	660954176	00058.018235/2015	22/09/2017	03/02/2015	R\$ 7 000,00	20/09/2017	7 000,00	7 000,00	PG0	0,00
2081	660974170	00065119842201574	22/09/2017	30/06/2015	R\$ 17 500,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	660980175	00066034954201546	22/09/2017	05/01/2015	R\$ 17 500,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	660998178	00066034570201612	28/09/2017	14/12/2015	R\$ 7 000,00	30/01/2018	8 592,50	8 592,50	PG	0,00
2081	660999176	00066034069201648	28/09/2017	26/01/2016	R\$ 7 000,00	30/01/2018	8 592,50	8 592,50	PG	0,00
2081	661027177	00067001516201672	09/03/2018	12/02/2016	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	661030177	00066003076201606	22/12/2018	10/12/2015	R\$ 7 000,00	05/12/2018	7 000,00	7 000,00	PG	0,00
2081	661051170	00065011129201664	04/01/2019	16/01/2016	R\$ 21 000,00	21/12/2018	21 000,00	21 000,00	PG	0,00
2081	661052178	00065011134201677	29/09/2017	15/01/2016	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	RE2	0,00

2081	661056170	00066013469201539	29/09/2017	27/02/2015	R\$ 17 500,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	661080173	00065011124201631	05/10/2017	16/01/2016	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	661083178	00065011093201619	05/10/2017	14/01/2016	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	661091179	00067002527201670	06/10/2017	05/04/2016	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	661104174	00066034085201631	06/10/2017	14/02/2016	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	661113173	00058.049442/2015	06/10/2017	15/02/2015	R\$ 7 000,00	06/10/2017	7 000,00	7 000,00	PG	0,00
2081	661114171	00058057316201683	22/12/2018	10/04/2016	R\$ 7 000,00	05/12/2018	7 000,00	7 000,00	PG	0,00
2081	661116178	00067000317201647	06/10/2017	17/12/2015	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	RE2	0,00
2081	661123170	00065173192201511	31/01/2019	19/11/2015	R\$ 14 000,00		0,00	0,00	DC2	14 000,00
2081	661131171	00065173031201519	11/10/2017	14/11/2015	R\$ 7 000,00	31/01/2018	8 547,70	8 547,70	PG	0,00
2081	661155179	00065511622201680	16/10/2017	07/11/2016	R\$ 7 000,00		0,00	0,00	RE2	0,00

Legenda do Campo Situação

AD3 - RECURSO ADMITIDO EM 3ª INSTÂNCIA	PG - QUITADO
AD3N - RECURSO ADMITIDO EM 3ª INSTÂNCIA SEM EFEITO SUSPENSIVO	PGDJ - QUITADO DEPÓSITO JUDICIAL CONVERTIDO EM RENDA
CA - CANCELADO	PP - PARCELADO PELA PROCURADORIA
CAN - CANCELADO	PU - PUNIDO
CD - CADIN	PU1 - PUNIDO 1ª INSTÂNCIA
CP - CRÉDITO À PROCURADORIA	PU2 - PUNIDO 2ª INSTÂNCIA
DA - DÍVIDA ATIVA	PU3 - PUNIDO 3ª INSTÂNCIA
DC1 - DECIDIDO EM 1ª INSTÂNCIA, MAS AINDA AGUARDANDO CIÊNCIA	RAN - PROCESSO EM REVISÃO POR INICIATIVA DA ANAC
DC2 - DECIDIDO EM 2ª INSTÂNCIA, MAS AGUARDANDO CIÊNCIA	RANS - PROCESSO EM REVISÃO POR INICIATIVA DA ANAC SEM EFEITO SUS
DC3 - DECIDIDO EM 3ª INSTÂNCIA, MAS AGUARDANDO CIÊNCIA	RE - RECURSO
DG2 - DILIGÊNCIAS POR INICIATIVA DA 2ª INSTÂNCIA	RE2 - RECURSO DE 2ª INSTÂNCIA
DG3 - DILIGÊNCIAS POR INICIATIVA DA 3ª INSTÂNCIA	RE2N - RECURSO DE 2ª INSTÂNCIA SEM EFEITO SUSPENSIVO
EF - EXECUÇÃO FISCAL	RE3 - RECURSO DE 3ª INSTÂNCIA
GDE - GARANTIA DA EXECUÇÃO POR DEPÓSITO JUDICIAL	RE3N - RECURSO DE 3ª INSTÂNCIA SEM EFEITO SUSPENSIVO
GPE - GARANTIA DA EXECUÇÃO POR PENHORA REGULAR E SUFICIENTE	REN - RECURSO SEM EFEITO SUSPENSIVO
IN3 - RECURSO NÃO FOI ADMITIDO A 3ª INSTÂNCIA	RS - RECURSO SUPERIOR
INR - REVISÃO A PEDIDO OU POR INICIATIVA DA ANAC NÃO FOI ADMITIDA	RSN - RECURSO SUPERIOR SEM EFEITO SUSPENSIVO
IT2 - PUNIDO PQ RECURSO EM 2ª FOI INTEMPESTIVO	RVS - PROCESSO EM REVISÃO POR INICIATIVA DO INTERESSADO
IT3 - PUNIDO PQ RECURSO EM 3ª INSTÂNCIA FOI INTEMPESTIVO	RVSN - PROCESSO EM REVISÃO POR INICIATIVA DO INTERESSADO SEM EF
ITD - RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA INTEMPESTIVO, MAS AINDA AGUARDANDO CIÊNCIA DO INFRATOR	RVT - REVISTO
ITDN - RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA INTEMPESTIVO, MAS AINDA AGUARDANDO CIÊNCIA DO INFRATOR	SDE - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE POR DEPÓSITO JUDICIAL
ITT - RECURSO EM 3ª INSTÂNCIA INTEMPESTIVO, MAS AINDA AGUARDANDO CIÊNCIA DO INFRATOR	SDJ - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE POR DECISÃO JUDICIAL
PC - PARCELADO	

Registro 301 até 450 de 757 registros

➡ Páginas: 1 2 [3] 4 5 6 [Ir] [Reg]



AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
JULGAMENTO ASJIN - JULG ASJIN

DECISÃO MONOCRÁTICA DE 2ª INSTÂNCIA Nº 12/2019

PROCESSO Nº 00065.511358/2016-84

INTERESSADO: AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A.

1. De acordo com a proposta de decisão (SEI 2571477), ratifico na integralidade os entendimentos da análise referenciada, adotando-os como meus e tornando-os parte integrante desta decisão, com respaldo nos termos do artigo 50, §1º da Lei nº 9.784/1999.
2. Recurso recebido em seu efeito suspensivo, vez que apresentado na vigência do art. 16 da Res. ANAC 25/2008.
3. Ressalto, ainda, que embora a Resolução nº 472/2018 tenha revogado a Resolução ANAC nº 25/2008 e IN ANAC nº 8, de 2008, estabeleceu em seu artigo 82 que suas disposições não prejudicam atos já praticados e da aplicação das normas vigentes à época dos fatos, inclusive no que concerne às sanções aplicáveis.
4. Analisados todos os elementos constantes dos autos, em especial manifestações do interessado. Foi dada ampla oportunidade de manifestação no feito, respeitados prazos e dialética processual, de modo que preservados ampla defesa e contraditório inerentes ao certame.
5. Dosimetria adequada para o caso. À luz do art. 36, §6º, da Resolução 472/2018, que entrou em vigor a partir de 04/12/2018, "*para fins de aferição da dosimetria deve-se considerar o contexto fático existente quando do arbitramento da sanção em primeira instância*".
6. Consideradas as atribuições a mim conferidas pela Portaria nº 3.403, de 17 de novembro de 2016 e Portaria nº 2.829, de 20 de outubro de 2016 e com lastro **no art. 42, inciso I da Resolução ANAC nº 472, de 2018** e competências ditadas pelo art. 30 do Regimento Interno da ANAC, Resolução nº 381/2016, tratando-se de ser matéria de saneamento da dosimetria aplicada em primeira instância, **DECIDO:**
 - **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao Recurso, **REDUZINDO** a multa aplicada pela autoridade competente da primeira instância administrativa para o valor de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**, em desfavor da empresa **AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A**, por deixar de informar ao passageiro, Sr. Rafael Otávio Fares Ferreira, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência do horário previsto de partida, sobre o cancelamento programado do voo 2672 (CNF-IGU) do dia 05/11/2016, em afronta ao art. 302, inciso III, alínea "u", da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 c/c art. 7º, §1º da Resolução nº 141, de 09 de março de 2010.
7. À Secretaria.
8. Publique-se.
9. Notifique-se.

BRUNO KRUCHAK BARROS

SIAPE 1629380

Presidente Turma Recursal – BSB

Assessor de Julgamento de Autos em Segunda Instância Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Kruchak Barros, Presidente de Turma**, em 15/01/2019, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sistemas.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **2578436** e o código CRC **024623DD**.

